

Haitianos no Brasil: o papel das redes no processo migratório, da vinda à adaptação local*

Paula Haddad¹

Filipe Silva²

Duval Fernandes³

Palavras-chave: migrações internacionais; haitianos; Brasil; redes migratórias.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

³ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

*Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

Introdução

A imigração de haitianos para o Brasil vem ganhando cada dia mais espaço na mídia e nos debates acadêmicos. Sobretudo a partir de 2010, ano em que o Haiti foi atingido por um terremoto catastrófico, tais fluxos ganharam um incentivo para além das tradicionais instabilidade econômica e insegurança política, despertando ainda mais as atenções brasileiras. Estima-se que, atualmente, 44 mil haitianos residam no Brasil, dos quais 30 mil teriam entrado pela fronteira do Acre, trazidos por atravessadores ilegais (OIM, 2014).

Calcula-se que o Brasil seja um dos destinos preferidos pela população haitiana graças à sua política de vistos favorável, mas também pela visibilidade que os países emergentes adquiriram após a crise de 2008. Somam-se a isto o fato de que o Brasil vem se aproximando do Haiti através da Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e de ações de cooperação para o desenvolvimento, ambas integrantes dessa nova fase nacional.

Gostaríamos de propor analisar uma terceira dimensão das migrações haitianas para o Brasil: o papel das redes interpessoais no processo migratório. Quando optam por migrar, os indivíduos estão em busca de melhores condições de vida, seja este adjetivo de ordem econômica, política, de segurança etc. Buscaremos investigar de que modo elas interagem com esse processo decisório. Por redes interpessoais nos referimos tanto às redes de migrantes irregulares e atravessadores ilegais, que apoiam a travessia, quanto ao conjunto de indivíduos (familiares, amigos etc) que sustentam e estimulam a vinda dos imigrantes.

A principal fonte de dados utilizada neste trabalho foi a pesquisa “Migração haitiana para o Brasil: diálogo bilateral” realizada pela Organização Internacional para a Migração (OIM) em parceria com o Conselho Nacional de Migração (CNIg) do Ministério do Trabalho e Emprego. Nesta investigação foi conduzida uma série de grupos focais com o objetivo de levantar suas impressões acerca do Brasil antes e depois da migração de haitianos, bem como compreender a situação em que vivem atualmente. A partir do material produzido, buscamos levantar indícios de que nos ajudem a compreender nosso problema.

A investigação e a hipótese

Nosso artigo deve ser entendido como um documento de trabalho cujo objetivo é buscar na migração haitiana para o Brasil exemplos de organização e articulação dos indivíduos em rede. Em alguma medida, acreditamos estar diante de um exemplo de imigração feita à revelia do Estado e sustentamos a hipótese de que as redes têm papel central nesse processo migratório. Desdobrando a hipótese, propomos analisar o(s) papel(éis) das redes nas seguintes dimensões: a escolha do destino, a escolha do trajeto migratório e o apoio no destino. Nosso objetivo não é esgotar as possibilidades desta dimensão de análise, mas perceber sob quais aspectos ela nos ajuda a entender o fenômeno migratório haitiano no Brasil.

Em primeiro lugar, o papel das redes como facilitadoras das migrações tem, de certo modo, relação com o processo de conhecimento e intercâmbio entre dois povos. Migrar é um tipo de decisão, resultado do cálculo dos custos e dos benefícios nela envolvidos. Neste cálculo, podemos identificar fatores mais objetivos, dos econômicos aos fatores de segurança, ou mais subjetivos, como bem-estar e acolhimento esperados. Os migrantes potenciais imaginam os cenários de cada destino disponível e, de forma mais ou menos consciente, formam suas expectativas acerca deles. Com base nesse cenário imaginado, por vezes com menor apego à realidade, os indivíduos tomam suas decisões. Incluímos aqui as migrações haitianas para o Brasil e um potencial fator de atração ligado às redes: a forma como o Brasil é descrito aos haitianos por seus compatriotas residindo ou que já residiram no destino e pelos atravessadores ilegais.

A segunda questão, a dos meios de entrada em solo brasileiro, possivelmente é a menos controversa, mas também a mais obscura. É sabido que muitos haitianos chegam às fronteiras brasileiras trazidos por atravessadores ilegais. Nossa proposta é verificar porque os haitianos optam por esse meio de entrada, levando em consideração os custos e benefícios a ela associados. Assim, teremos ideia da função das redes criminosas internacionais, os atravessadores, nas migrações haitianas.

A terceira dimensão de nossa análise, a organização dos haitianos no Brasil, é uma das mais evidentes. O Estado brasileiro está diante de uma situação que não lhe preocupou durante décadas: a chegada de imigrantes estrangeiros. O último grande fluxo migratório para o país foi de italianos e portugueses e se encerrou por volta da década de 1930. Até a década de 80 o número de imigrantes manteve-se muito

restrito, a ponto de alguns autores afirmarem que o Brasil ficou, em termos demográficos, fechado para imigração (OIM, 2010). Estamos, no presente, vivendo a mudança deste quadro histórico: o Brasil está voltando a ser destino e não origem de fluxos migratórios. É neste contexto que as redes locais ganham força acolhendo a população haitiana e, desta forma, preenchendo a lacuna de um Estado atualmente despreparado para lidar com sua população estrangeira.

Migrações como processos sociais coletivos

Alguns estudiosos de redes migratórias classificam esse fenômeno como um processo social, portanto coletivo, realizado por grupos de indivíduos que compartilham uma mesma realidade (TILLY, 1986). Tais grupos de indivíduos encontram-se articulados em redes, vinculando-se uns aos outros por diferentes tipos de relação. Analisando as migrações para os EUA descritas por Morawski, Tilly destaca o fato de que a maior parte dos imigrantes do século XIX tiveram suas passagens pagas antecipadamente por suas respectivas famílias. Neste caso, a expectativa é que tais indivíduos arrecadassem fundos suficientes para trazer suas famílias para os EUA. Porém, não é apenas neste sentido que Tilly descreve as migrações como fenômeno coletivo.

Seguindo a sua análise das migrações que formaram os EUA, o autor busca na Europa do século XIX as causas para o evento. Ao longo dos séculos anteriores (sobretudo XVII e XVIII), a Europa vinha passando por um processo de industrialização que acarretou outros dela interdependentes: ocupação das terras cultiváveis por grandes produtores, urbanização e proletarização da mão de obra. Neste período, o volume de pessoas que migrava para centros urbanos aumentou significativamente. Graças ao novo modelo de ocupação rural e às expectativas de um melhor futuro nas cidades, famílias inteiras optaram por deixar a lavoura pela cidade. Isso acarretou a substituição da agricultura familiar pela venda da mão-de-obra dos membros da família em troca de salários (proletarização) (TILLY, 1986). As migrações passam a ser, assim, uma opção coletiva que extrapola o próprio núcleo familiar e se constitui como um movimento social nacional ou continental. Neste sentido, o autor conclui que não são os indivíduos que migram, mas as redes (TILLY, 1986).

As análises de redes sob a perspectiva coletiva não dispensam, contudo, as observações dos papéis de indivíduos específicos. Os primeiros imigrantes de cada destino têm papel importante nos processos migratórios. Esta importância está ligada à posição que ocupa na rede. Por ser a única referência no destino, os indivíduos que estão na origem recorrem a ele em busca de informações e auxílios diversos. São eles que formam as redes pois reduzem os custos de oportunidade, facilitando a busca por trabalho e moradia dos demais, bem como os custos psicológicos com a adaptação (FAIST, 2004).

Segundo o autor, as análises reticulares devem ser compreendidas como uma vertente das teorias sistêmicas migratórias. Estas, por sua vez, assumem que: i) existem vínculos entre origem e destino migratórios, ii) estes vínculos extrapolam as questões migratórias (são também políticos, econômicos, culturais etc), iii) os fluxos migratórios resultam em cadeias migratórias que, por reduzirem os custos da operação, podem resultar em movimentos de massa e, ainda, iv) podem significar mudanças econômicas na sociedade de origem (FAIST, 2004, p. 51-54).

As duas primeiras considerações dizem respeito às opções disponíveis para os imigrantes. O contato entre dois países distintos, seja ele de qualquer natureza, abre um canal de comunicação pelo qual outras trocas também ocorrem, dentre elas as migrações. Além do mais, como já apontamos, quando um pioneiro se instala no destino ele facilita a vinda de outros imigrantes de mesma origem. Esta presença de estrangeiros no local, sobretudo se numerosos, pode ser associada a remessas de recursos para sua origem (para familiares, por exemplo), incrementando aí a disponibilidade de recursos.

Há outro desdobramento interessante a respeito da redução dos custos através das redes: redes migratórias internacionais têm a capacidade de construir caminhos alternativos quando existem muitas barreiras a serem transpostas (FAIST, 2004, p. 53). Por exemplo, quando o Estado de destino altera suas políticas migratórias e reduz ou extingue a emissão de vistos, os indivíduos podem construir caminhos irregulares para a entrada no país. Estas soluções vão desde a busca por saídas legais para a entrada de novos imigrantes (reunificação familiar, por exemplo) como ilegais (servindo-se de atravessadores⁴).

⁴ Atravessadores ilegais são os indivíduos que cobram dos imigrantes pela travessia até o país de destino. Visto que os migrantes optam por esta alternativa de entrada, são formalmente considerados “parceiros” dos atravessadores nesta empreitada. Tal definição formal existe para distinguir o

Esse caso foi verificado nas migrações para os países da OCDE após a década de 90. Neste período, esses países passaram a dificultar a entrada de imigrantes i) aumentando o controle de suas fronteiras, por exemplo, forçando as empresas aéreas a verificar o status dos indivíduos antes de embarcarem, evitando assim entradas irregulares; e ii) emitindo menos vistos e documentos de trabalho, ou seja, evitando entrada e permanência regulares (CASTLES & MILLER, 2003).

Neste contexto, a construção de caminhos alternativos demonstra o que defendem as teorias sobre redes migratórias: as migrações são movimentos autossustentáveis que dependem essencialmente de laços anteriores. Uma vez estabelecido certo número de imigrantes num dado país, o caminho fica aberto para novos fluxos e as redes sociais que eles mantêm fazem com que o processo migratório seja mais seguro e viável, gerando condições para a sua autossustentação (CASTLES & MILLER, 2003, p. 28). Tais redes são fonte de informação e de “capital cultural”. Elas vinculam “migrantes e não-migrantes numa rede complexa de papéis e relações interpessoais” (BOYD *apud* CASTLES & MILLER, 2003, p. 27, tradução nossa⁵).

Outro exemplo que temos é o das migrações para os EUA na década de 70: depois do *boom* econômico das décadas anteriores, a economia global entrou num período de crise (a crise do petróleo). Imediatamente os Estados interromperam a emissão de vistos para trabalho temporário e outros incentivos para as migrações. Além disso, o Estado buscou repatriar sua mão de obra imigrante, mas não conseguiu. Mesmo diante do risco de cair na ilegalidade, os imigrantes resistiram pacificamente ao repatriamento, apoiados em suas redes sociais (familiares, patrões etc). Não desejosos de voltar a seu país e temendo não conseguir mais retornar aonde haviam se estabelecido, os imigrantes começaram – como não faziam antes – a se fixar onde estavam (ZOLBERG, 2006).

Uma possível explicação para esse fenômeno é dada por Martell. O autor defende que fatores exógenos (como políticos e econômicos) intervêm na decisão dos agentes de migrarem – estas questões *intervêm* na decisão. A relação entre as variáveis é clara: para a variável dependente migração, a variável independente é a decisão, as demais (e aqui situamos as redes, as políticas de visto, a situação econômica no país de origem já mencionadas) são intervenientes.

contrabando (migração é opção do migrante e ele pretende se beneficiar dela) do tráfico de pessoas (migração não é opção e o migrante não tirará dela benefícios).

⁵ "Migrants and non-migrants together in a complex web of social roles and interpersonal relationships"

Os maiores incentivos à decisão de migrar continuam sendo as desigualdades entre os países (condição sistêmica e, portanto, coletiva), já que a opção de imigrar está intimamente ligada à melhoria das condições de vida. Por melhoria de condições de vida entende-se especialmente melhoria das condições materiais, estejam elas ligadas a condições econômicas, de segurança ou de reunião familiar. Nas palavras do então Secretário Geral da ONU, a única forma de conter fluxos migratórios é alterando as “causas raiz”, quais sejam as desigualdades políticas, econômicas e sociais no país de origem (KOFI ANNAN *apud* FAIST, 2004, p. 55). Dentre elas, Martell destaca as migrações por causas econômicas: “Grande parte das migrações são migrações à trabalho ou econômicas. Ela envolve pessoas buscando por trabalho ou melhores condições econômicas, ou sendo procuradas por empregadores” (MARTELL, 2010, p. 107, tradução nossa⁶).

Considerações sobre as redes nas análises migratórias

Antes de continuarmos a discorrer sobre o funcionamento das redes, faremos uma pequena pausa para apresentar os elementos que a compõe. “Uma rede contém um conjunto de objetos (em termos matemáticos, nós) e o mapeamento ou descrição das relações entre esses objetos ou nós” (KADUSHIN, 2004, p.3, tradução nossa⁷). Na matemática, estes objetos (ou nós) são também chamados de vértices e as relações entre eles (ou laços) são as arestas (BARROSO, 1998, p. 13).

Essas relações têm duas classificações essenciais: podem ser fortes ou fracas. Relações fortes são típicas de laços familiares e têm alto custo para as partes envolvidas, por isso são difíceis de serem estabelecidas ou rompidas. Relações fracas são caracterizadas pelo baixo custo em serem estabelecidas e, portanto, para serem rompidas. Relações fracas ocorrem com frequência entre grupos de pessoas que se conhecem, mas convivem pouco ou superficialmente, de forma que as trocas entre si tender a ser banais e de pouco valor. Um exemplo claro de trocas entre redes fracas é a circulação de fofocas e outras informações não vitais para as partes envolvidas. Uma das características destas redes é seu alto grau de integração, que deve ser

⁶ “Much migration is labour or economic migration. It involves people looking for work or better economic conditions, or being sought by employers.”

⁷ A network contains a set of objects (in mathematical terms, nodes), and a mapping or description of relations between the objects or nodes.

entendida como a possibilidade de nela se incluírem novos nós e como a facilidade de que as pessoas circulem informação por ela (KADUSHIN, 2004).

Já as relações fortes são significativamente mais restritivas. Dado o alto custo das trocas entre os nós, tais redes tendem a ser mais reduzidas (organizadas em torno de círculos de familiares ou amigos, por exemplo). Os nós envolvidos nesse tipo de trama esperam poder recorrer uns aos outros quando precisarem ter certas necessidades atendidas (proteção e segurança entre soldados lutando pelo mesmo lado, por exemplo). Uma das características destas redes é a alta dependência entre os nós e, eventualmente, a divisão de custos em certas situações (KADUSHIN, 2004).

Trazendo esse arcabouço conceitual para as migrações conseguimos fazer duas analogias: as redes formadas por laços fracos podem ser aquelas que fornecem informações sobre os destinos e trajetos disponíveis; ao passo que aquelas formadas por laços fracos seriam grupos familiares que arcam com os custos das viagens e da instalação de um de seus membros no exterior. No primeiro caso, a troca de informação tem baixo custo para as partes envolvidas, de forma que não é esperado retorno para ela. No segundo caso, as expectativas familiares são de que aquele membro ressarça, em determinado prazo, o investimento realizado pelo coletivo.

Outra propriedade das redes, cuja fonte é a teoria de grafos, é o conceito de “vértices de articulação” (nós) e “arestas-ponte” (relações). Ambos são elementos que mantêm a unidade da rede, impedindo que ela se desfça. Retirando-se este tipo de aresta ou de vértice, o grafo fica desconexo, ou seja, subdivide-se em um conjunto de outros grafos (subgrafos) (LIMA *et al.*, 2012). Desta forma, estes conceitos nos contam sobre fragilidade ou a força das redes e sua capacidade de encontrar caminhos alternativos na ausência de alguns objetos e relações.

Retomando o exemplo das restrições às migrações, elas simbolizam a ruptura de uma das relações das redes migratórias (a relação de concessão de visto e/ou a permissão de entrada). Quando retirada essa relação os migrantes perdem os direitos de entrar no outro país *por vias tradicionais*, ou seja, o grafo da migração regular fica desconexo. É neste momento que os envolvidos constroem os caminhos alternativos, como o atravessamento ilegal ou reunificação familiar. Eles representam novos vértices de articulação (atravessadores ou familiares no destino) e suas respectivas arestas-pontes (seus vínculos com os imigrantes), capazes de reunir os elementos dispersos da rede.

Como já sugerimos anteriormente, o próprio Estado integra redes migratórias internacionais. Na sua busca pela operacionalização as análises de redes migratórias, Fazito defende que os nós dessas redes podem ser lugares, comunidades, instituições e pessoas. As arestas seriam as relações, os contatos e os objetos que possibilitam comunicação entre os nós (pontes, transportes etc) (FAZITO, 2005). Esta inclusão nos permite uma análise mais completa do fenômeno migratório na medida em que parte de uma visão sistêmica, incluindo tanto fatores macro quanto microsociais.

O caso das migrações haitianas para o Brasil

A diáspora é um fenômeno social no Haiti. Segundo estimativas do Banco Mundial (2011), cerca de 10% da população já teria emigrado (1.009.400 pessoas). Outras fontes apontam números ainda maiores, acima de 3 milhões de pessoas (HAITIAN DIASPORA, 2011). Grande parte das pessoas que possuem ensino superior no Haiti se encontra no exterior, aproximadamente 85% não residem mais no país, incluindo 36,5% daqueles que possuem formação em medicina. Essa diáspora caracteriza uma “fuga de cérebros”, ou migração de mão de obra qualificada, provocando um dano profundo na estrutura econômico-social do país (BANCO MUNDIAL, 2011).

Estudos como os de Chaves Júnior (2008) buscam explicar o fenômeno a partir da construção do Estado haitiano, sugerindo se tratar de um fenômeno coletivo nos moldes anteriormente apresentados. Desde sua fundação trata-se de um Estado exclusivista e em constantes disputas internas, por isso mesmo incapaz de incluir todos seus cidadãos em sua constituição. As desigualdades internas são acentuadas pela alternância de grupos monopolizadores do aparato burocrático estatal e são, por isso mesmo, de todas as ordens: política, econômica e social. Neste contexto, a fuga (migração e refúgio) apresenta-se como uma solução coletiva para problemas locais.

O fenômeno do refúgio, por sua vez, é um grande marco da debilidade do Estado, verificado desde suas primeiras crises e com fundamentos muito particulares. Esse fenômeno se observa repetidamente como um aspecto integrante das mais expressivas crises de Estado no Haiti. A própria ação internacional tem como principal motivação o grande número de refugiados, o que pode ser lido em diferentes momentos históricos como

um esgotamento crônico da capacidade de o Estado Haitiano garantir e viabilizar os meios para a concretização de um pacto mínimo. (CHAVES JÚNIOR, 2008, p.132)

Reconhecendo as “causas raiz” dessa diáspora, organismos Internacionais têm se esforçado e colaborado para promover o desenvolvimento e estabilização política do Haiti, sobretudo após a sequência de catástrofes enfrentadas nesse milênio. Para a reconstrução do Haiti, até o ano de 2012, eles tinham destinado o montante de US\$ 4,5 bilhões. O Brasil injetou a quantia de US\$ 55 milhões de dólares e recursos militares para apoiar os esforços de segurança da ONU. Não obstante, o Haiti ainda continua sendo um dos países mais pobres e instáveis do mundo, onde cerca de 10 milhões de habitantes, mais da metade do total, vive com menos de US\$ 1 por dia (BANCO MUNDIAL, 2011).

Ou seja, apesar da ajuda internacional, o Haiti continua sendo fonte de constante de verdadeiras ondas migratórias. Os destinos tradicionais dos haitianos são Estados Unidos, Cuba e República Dominicana (CHAVES JÚNIOR, 2008), países próximos para onde o custo o trajeto tende a ser reduzido. O Brasil só passa a ser destino da migração haitiana recentemente, quando os países emergentes despontam na economia global e se transformam em novas “terras de oportunidade”.

Na pesquisa realizada pela OIM, não foi possível constatar uma única razão que motive a vinda de haitianos para o Brasil, mas sim um conjunto de fatores de ordem econômica e interdependentes (Tabela 1), o que ilustra a extrema vulnerabilidade desse grupo de imigrantes. São estes fatores: a busca de trabalho (61,5%), a melhoria na qualidade de vida (14,7%) e a ajuda à família (6,5%).

Tabela 1 - Motivos declarados para a migração/2013

Motivos	Nº absoluto	%
Trabalho	209	61,5
Melhor qualidade de vida	50	14,7
Estudar	19	5,6
Ajudar a família	22	6,5
Crise no Haiti	7	2,1
Outros	13	3,8
Não responderam	20	5,9
Total	340	100

Fonte: OIM, 2014

No imaginário dos imigrantes haitianos o Brasil oferecerá empregos, qualidade de vida e estudos, possibilitando que os imigrantes ajudem os seus familiares no Haiti. “Muitos deixaram o Haiti iludidos, pensando que aqui encontrariam muita ocasião de fazer dinheiro.” (Migrante Feminina, Manaus/AM *apud* OIM, 2014). Em outro relato o migrante acredita estar realizado um sonho: “*Vir para o Brasil é um sonho para mim, porque dizem que aqui tem trabalho, eu passei bastante lugar antes de chegar aqui e eu vou ficar. Más não queria isso nesta condição, eu queria vir pra o futebol e também pra trabalhar*”. (Migrante masculino, Curitiba/PR, grifos nossos, *apud* OIM, 2014).

Tais expectativas foram formadas com base nos relatos de terceiros, sobretudo atravessadores: “*Eu não tinha informação do Brasil, eu escutei dizer que o porto do Brasil estava aberto, então, um coioete me pediu USD 12.000,00*” (Migrante feminina, Curitiba/PR, grifos nossos, *apud* OIM, 2014). É também o caso deste outro migrante: “*Eu estudei para ser enfermeira e eu trabalhava na sala de parto. Eu vim com meu filho pra estudar medicina por que eles falaram que aqui você pode trabalhar e estudar*” (Migrante Feminina, Belo Horizonte/MG *apud* OIM, 2014, grifos nossos).

Outros já possuíam algum contato com o alguém que já estava residindo no território brasileiro, sobretudo amigos ou familiares. “*Vou fazer um mês aqui. Tenho meus amigos que já estão aqui no Brasil. Eles me dão hospitalidade. Somos seis pessoas em casa*” (Migrante masculino, São Paulo/SP, *apud* OIM, 2014).

Ambos os casos demonstram que o trajeto não é realizado sem informação ou mesmo sem a possibilidade de contar uma referência quando ingressar no país. Como

estamos falando de uma rede de informações não vitais, ou seja, onde não há um custo elevado na troca, a circulação de informações acerca do Brasil (ou de outros destinos migratórios) é rápida e ampla. Este tipo de rede tem grande alcance e, se hoje ela facilita a vinda de haitianos, amanhã o cenário pode ser outro.

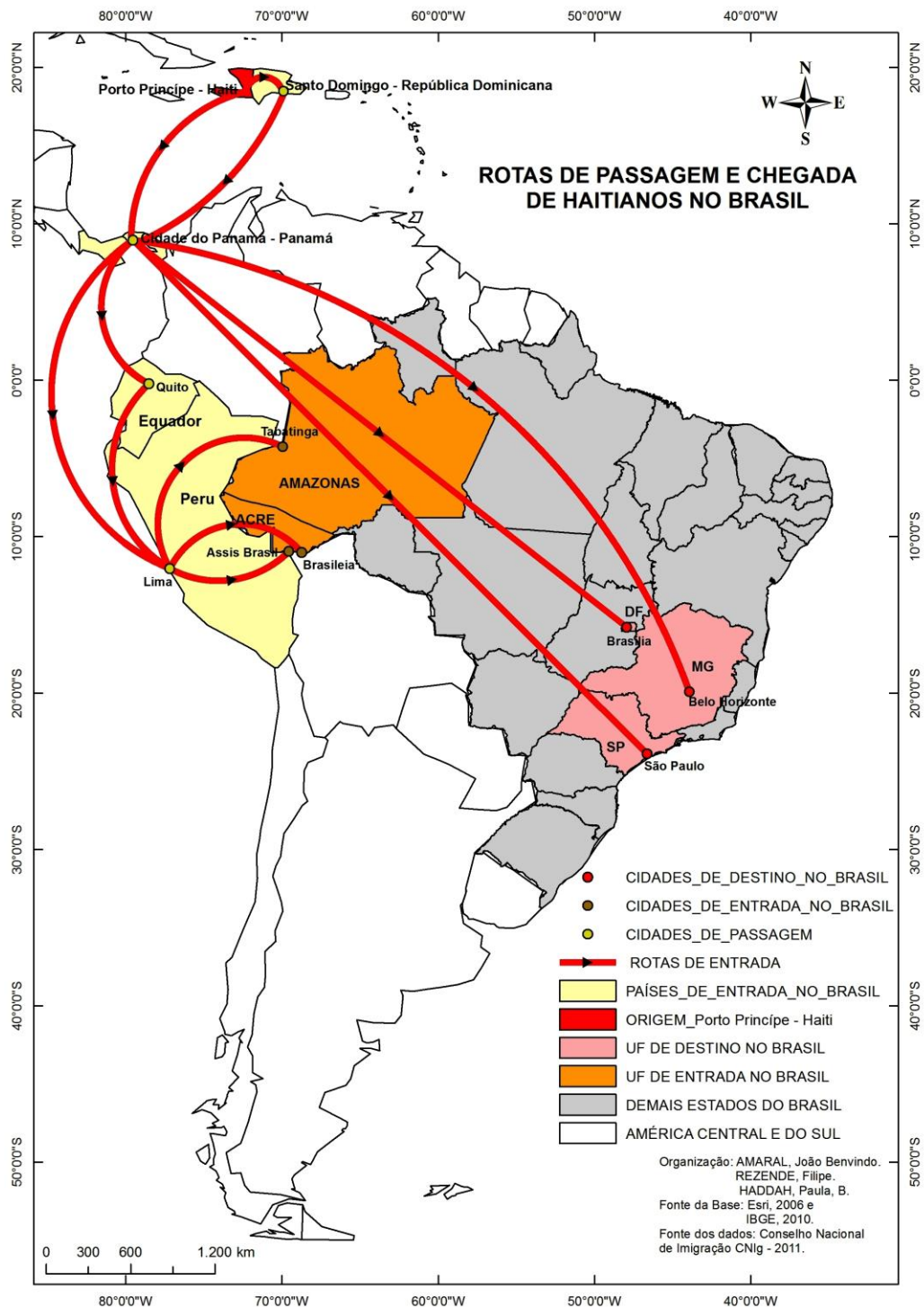
A segunda questão diz respeito à entrada em solo brasileiro, sabemos que o número que imigrantes de haitianos até 2010, ano do terremoto, era algo insignificante. Dentre o grupo de entrevistados em questão, apenas 1,8% migrou antes de 2010, 21,2% no ano de 2012 e a parte mais expressiva migrou no ano de 2013 (52,6%). Estes imigrantes percorreram trajetos bem diversos até ingressar em terras brasileiras. Dentre os que deixaram o Haiti em 2013, 73,9% realizaram o trajeto em até 15 dias. Dos que saíram em 2012, só 30,8% disseram ter feito o trajeto tinha sido realizado no mesmo período de tempo. Esta alteração pode ser compreendida a partir de duas novidades:

Mesmo com as limitações do levantamento, é importante observar que há uma clara redução no tempo gasto no trajeto na medida em que o tempo passa, influenciando nisso o aumento na concessão dos vistos por parte do governo brasileiro e, para os que transitam pelos países da América do Sul, ao que parece, o caminho está bem “sinalizado”, o que reduz o tempo do trajeto. (OIM, 2014)

Tal diminuição no tempo de viagem, além de parecer conectada com a melhor “sinalização” do caminho, pode também estar associada à melhor estruturação da rede de atravessadores. As redes migratórias sendo autossustentáveis, como já delineamos, elas apoiam não só a continuidade, mas o aumento dos fluxos. Para os atravessadores, isso deve significar a melhoria na agilidade dos “serviços prestados” e um “ganho de escala” associado. O gasto médio dos imigrantes entrevistados nesta pesquisa gira em torno de US\$ 2.912,72 chegando a ultrapassar o montante de US\$ 5.000,00 (OIM, 2014).

Existem duas principais rotas percorridas pelos atravessadores que trazem os haitianos: a primeira tem sua saída de Porto Príncipe, passagem pelo Panamá, Equador, Peru e finalmente Tabatinga (Amazonas – Brasil); a segunda sai da República Dominicana, passa pelo Equador e Peru, entrando no Brasil pela cidade de Brasiléia, no Acre.

Figura 1 – Rotas de passagem e chegada de haitianos no Brasil



Grande parte dos haitianos contrai algum tipo empréstimo ou apoio financeiro para o custeio da viagem. Em alguns casos a dívida chegava a ultrapassar o valor de US\$ 6.000,00 podendo chegar a US\$ 12.000,00, ou seja, quase 40 salários mínimos. Em alguns casos, relatam que perderam todas as posses familiares e não conseguiram recuperar os seus bens:

Para mim foi muito difícil, porque o coioite pegou minha casa no Haiti e deixou meus filhos na rua, eu me arrependi muito. O coioite falou que eu conseguiria este dinheiro em um ano, mas eu tenho já dois anos aqui, eu não tenho nem a metade deste dinheiro. (Migrante feminina, Belo Horizonte/MG).

Pra mim, eu paguei tudo de uma vez e depois os coioites separaram o dinheiro nas etapas do caminho, cada lugar tem um coioite esperando por nós e cada um recebeu uma quantidade do dinheiro. Quando eu cheguei em Tabatinga, o ultimo coioite, que se chama Jimmy, nos deixou na rua sem dinheiro, sem nada, sem lugar pra ir. Eu liguei de novo em Haiti para pedir mais dinheiro. (Migrante feminina, Curitiba/PR.)

(OIM, 2014).

Com o intuito de diminuir essa forma de entrada em território nacional, o governo brasileiro aumentou o número de vistos obtidos no Haiti. Para tanto, publicou através do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), a Resolução n.º 97/2012 no dia 12 de janeiro de 2012. Essa resolução concedeu à Embaixada do Brasil em Porto Príncipe o direito de emitir 100 vistos por mês. Logo no primeiro mês essa medida se mostrou ineficaz. Segundo relato do próprio embaixador, os documentos exigidos para solicitação de visto eram os principais entraves para a aplicação da resolução (FELLET, 2011). Outros imigrantes relatam que os altos custos para emissão de visto e o longo tempo de espera fizeram com que recorressem às redes de atravessadores.

Fomos ao consulado brasileiro para pedir um visto. Para o meu filho, para mim e para o meu irmão. O preço do visto sai por \$2000 US e \$30 US para preencher um formulário. Isso significa que cada pessoa precisa gastar \$2030 US. [...] Nós três demos \$6090 US. O dinheiro ficou três meses na mão deles e não tivemos o visto. Eu pedi o dinheiro de volta. Graças a Deus eles devolveram. Entrei em contato com outra pessoa, de fora, que não é do consulado. (Migrante Feminina, Belo Horizonte/MG *apud* OIM, 2014)

Em outros termos, os imigrantes mantiveram o caminho migratório que contornava o “Estado”. A confirmação deste fenômeno está nos números: o período de janeiro de 2012 a julho de 2013, foram emitidas 5.728 autorizações de residência

permanente, sendo estas concedidas aos imigrantes que ingressam no país de maneira irregular (TREVISAN, 2013).

Além das redes migratórias ilegais e da rede formada pela presença dos brasileiros no Haiti, identificamos uma ampla rede de apoio aos imigrantes no Brasil. Ela é estabelecida sobretudo sobre as ONGs e organizações da sociedade civil que se encarregam da acolhida dos imigrantes, mas também pelos próprios imigrantes já estabelecidos. A Missão Paz em São Paulo, por exemplo, até pouco tempo foi refúgio oficial para os haitianos que chegavam à cidade desamparados. Outros imigrantes, ainda, se apoiam mutuamente: “Vou fazer um mês aqui. Tenho meus amigos que já estão aqui no Brasil. Eles me dão hospitalidade. Somos seis pessoas em casa.” (Migrante masculino, São Paulo/SP *apud* OIM, 2014).

O despreparo do Estado brasileiro para lidar com a chegada de imigrantes estrangeiros não é observado somente na acolhida dessa população, mas também na sua garantia de acesso a moradia, trabalho e educação. Grande parte dos migrantes haitianos tem como primeira moradia os alojamentos das cidades por onde entram, principalmente aqueles que ingressam pela cidade de Brasília. Após a regularização da documentação e a possibilidade de se deslocar outros lugares, as moradias se tornam distintas, tais como: moradia coletiva (dividida com várias pessoas, até mesmo familiares, sendo que cada indivíduo contribui com uma parte das despesas); raras moradias individuais; moradia cedida pelo empregador, e pensão, entre outras (OIM, 2014).

Considerações finais

Com estes exemplos acreditamos levantar indícios de que a migração de haitianos para o Brasil se enquadra no modelo migratório coletivo. Em primeiro lugar, a propensão a migrar é endêmica à sociedade haitiana. Em segundo lugar, são as famílias que arcam com os custos do transporte até o destino e esperar reaver este “investimento”. Em terceiro, a escolha do destino é feita com base na presença de haitianos nestes locais (amigos, familiares ou conhecidos). Em quarto, tais redes se organizam de forma predominantemente ilegal (recorrendo a atravessadores) para garantir a travessia. E, por último, os grupos de imigrantes se apoiam mutuamente no destino.

As propriedades das redes no funcionamento dessa cadeia migratória foram, entretanto, pouco exploradas neste trabalho. Conseguimos identificar superficialmente alguns de seus elementos fundamentais (como alguns de seus gargalos), bem como perceber que os indivíduos se organizam de forma a suprir suas necessidades básicas (habitação e trabalho). No entanto, para ter uma visão mais apropriada deste fenômeno seria preciso fazer um estudo em profundidade desta população de migrantes e reconstituir as redes que originam e que sustentam tais fluxos.

Acreditamos, no entanto, ter levantado alguns elementos interessantes para dar andamento a esta e a futuras investigações. Neste momento, destacaríamos dois deles: o papel dos atravessadores na escolha dos destinos disponíveis e a relação entre expectativas e realidade para os haitianos que migram.

Referências

BANCO MUNDIAL. The Migration and remittance fact book. Washington: World Bank, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/Factbook2011-Ebook.pdf>. Acesso em 30/07/2013.

BARROSO, M. M. A. A matemática na limpeza urbana: trajeto ótimo do caminhão de lixo. **Congresso nacional de matemática aplicada e computacional**. Caxambu: 1998.

CASTLES, S. & MILLER, M. **The age of migration** : international population movements in the modern world. New York: The Guilford Press, 2003.

CHAVES JÚNIOR, E. **Um olhar sobre o Haiti**: refúgio e migração como parte da história. Brasília: LGE Editora, 2008.

FAIST, T. **The volume and dynamics of international migration and transnational social spaces**. Oxford e New York: Oxford University Press, 2004.

FAZITO, D. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional: proposta**

para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. Tese de doutorado. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2005.

FELLET, J.. **Após nova regra, Brasil só concede 30% da cota de vistos a haitianos.** BBC Notícias. 29 de Fevereiro de 2012. Disponível em : <www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120228_haitianos_visto_jf.shtml>. Acesso em 02/06/2014.

HATIAN DIASPORA. Disponível em: haitiandiaspora.com. Acesso em 20/07/2014.

KADUSHIN, C. **Introduction to Social Network Theory.** Capítulo 2: Some Basic Network Concepts and Propositions. Fev 2004. Rascunho.

LIMA, M; BARROSO, L. & ABREU, J.-F. Explorando a teoria de grafos no tratamento de problemas geográficos. **Revista Sistemas, Cibernética e Informática**, vol. 9, no. 2, 2012.

MARTELL, L. **The sociology of globalization.** Cambridge: Polity Press, 2010. (Cap. 5 e 6)

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Perfil Migratório do Brasil 2009.** Brasília: Setembro de 2010. Disponível em: <www.mte.gov.br/trab_estrang/perfil_migratorio_2009.pdf>. Acesso em 01/06/2014.

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Migração Haitiana para o Brasil: Diálogo Bilateral** (Relatório). MTE, OIM & GDEP: 2010.

TILLY, C. **Transplanted Networks.** Working paper. New School of Social Research, outubro de 1986.

ZOLBERG, A.R. Managing a World on the Move. IN: **Population and Development Review**, v. 32, Nova Iorque, 2006. Disponível em: <www.jstor.org/stable/20058950>. Acesso em 07/05/2014.